

14/08/2007

SEGUNDA TURMA

AG.REG.NO AGRADO DE INSTRUMENTO 534.539-4 SÃO PAULO

RELATOR	:	MIN. GILMAR MENDES
AGRAVANTE(S)	:	ESPÓLIO DE JOSÉ PUGLIA
ADVOGADO(A/S)	:	RENATO RODRIGUES TUCUNDUVA JÚNIOR E OUTRO(A/S)
AGRAVADO(A/S)	:	ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO(A/S)	:	PGE-SP - OSCAR DE MELLO NETTO E OUTRO(A/S)

EMENTA: Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Desacerto da decisão agravada não demonstrado. 3. Controvérsia constitucional. Ofensa direta. 4. Débitos da Fazenda Pública. Expedição de precatório complementar. Nova citação. Desnecessidade. Hipóteses específicas: erro material, inexatidões aritméticas ou substituição de índices já extintos. Precedente. 5. Decisões judiciais. Novo precatório. Nova citação. Necessidade. Precedentes. 6. Agravo regimental a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do Senhor Ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 14 de agosto de 2007.

MINISTRO GILMAR MENDES - RELATOR



AG.REG.NO AGRADO DE INSTRUMENTO 534.539-4 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. GILMAR MENDES**
AGRAVANTE(S) : **ESPÓLIO DE JOSÉ PUGLIA**
ADVOGADO(A/S) : **RENATO RODRIGUES TUCUNDUVA JÚNIOR E**
OUTRO(A/S)
AGRAVADO(A/S) : **ESTADO DE SÃO PAULO**
ADVOGADO(A/S) : **PGE-SP - OSCAR DE MELLO NETTO E**
OUTRO(A/S)

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (Relator):

Ao apreciar o recurso, proferi a seguinte decisão (fls. 102-104):

"DECISÃO: Trata-se de agravo contra decisão que negou processamento a recurso extraordinário fundado no art. 102, III, 'a', da Constituição Federal, interposto em face de acórdão segundo o qual deve incidir juros sobre a parcela de precatório judicial submetido ao parcelamento constitucional previsto no artigo 33 do ADCT, em decorrência de atraso no pagamento, bem como afirmou ser desnecessária nova citação da Fazenda Pública para a expedição de ofício requisitório complementar.

Alega-se violação aos artigos 100 da Carta Magna e 33 do ADCT.

Esta Corte, ao julgar o RE 193.210, 2ª T., Rel. Néri da Silveira, DJ 29.05.98, firmou a seguinte orientação:

'EMENTA: Recurso extraordinário. 2. Desapropriação. Indenização. Precatórios. 3. ADCT de 1988, art. 33. Juros. 4. Ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data da promulgação da Constituição de 1988, incluído o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago, segundo o art. 33 do ADCT, em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 1º de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo, até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição. 5. Jurisprudência do Plenário e Turmas do STF, segundo a qual o art. 33 do ADCT não autoriza o cômputo de juros moratórios e compensatórios, quanto a essas

dívidas, após a promulgação da Constituição. Cumpre, entretanto, entender que juros moratórios, relativamente a cada parcela, são devidos, na hipótese de suceder inadimplência da Fazenda Pública, quanto ao respectivo pagamento, fluindo os juros moratórios a partir da data aprazada para a satisfação da parcela e até venha o pagamento, em concreto, efetivamente, suceder. Ressalvada essa situação, não há, todavia, falar em fluência de juros, referentemente a cada parcela, desde a data da Constituição e até o pagamento. Reserva o art. 33 do ADCT, tão só, atualização do valor da parcela devida. 6. Recurso extraordinário, nessa parte, conhecido, e provido, ficando, entretanto, explicitado que juros moratórios serão cabíveis, se houver inadimplência quanto ao pagamento de cada parcela, desde a data em que devida e até o efetivo pagamento. 7. Recurso extraordinário não conhecido, na parte em que pretende discutir índices de atualização monetária, por se cuidar de matéria infraconstitucional e de aplicação de legislação ordinária. Inexistência de ofensa direta e frontal ao art. 5º, XXIV, da Constituição. 8. Recurso extraordinário conhecido, em parte, quanto a juros, e, nessa parte, provido parcialmente, nos termos do voto do relator.'

Dessa orientação não divergiu o acórdão recorrido.

No que concerne à necessidade de nova citação da Fazenda Pública, esta Corte firmou entendimento segundo o qual os pagamentos de débitos da Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal, decorrentes de decisões judiciais, deverão ser objeto de novo precatório, com a devida citação da Fazenda Pública, haja vista tais pagamentos serem regidos exclusivamente pelo artigo 100 e parágrafos da Constituição Federal, v.g., AI 437.376, Rel. Cezar Peluso, DJ 14.02.05:

'Essa postura invariável, que exige expedição de novo precatório, com citação da Fazenda Pública, funda-se em que todo pagamento de débito desta é disciplinado pelo art. 100 e §§ da Constituição da República, mediante incidência do art. 730 do Código de Processo Civil. A Emenda Constitucional nº 37/2002, que introduziu o § 4º do art. 100 da Constituição, apenas positivou a orientação fixada pela Corte, ao vedar expedição de precatório complementar ou suplementar.'

Essa orientação fora afirmada no RE 168.019, Rel. Ilmar Galvão, 1ª T., DJ 02.08.96, assim ementado:

EMENTA: EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. CÁLCULO COMPLEMENTAR.

Indispensabilidade de expedição de precatório, a ser processado na forma prevista no art. 100 e parágrafos, da Constituição, não havendo cabimento para notificação, ao Poder Público, no sentido de que promova a complementação do pagamento em prazo assinado pelo Juiz.

Recurso extraordinário conhecido e provido.

Nesse mesmo sentido, monocraticamente, RE 428.664, Rel. Carlos Britto, DJ 15.10.04, RE 413.084, Rel. Nelson Jobim, DJ 11.03.04, AI 449.596, Rel. Ellen Gracie, DJ 19.11.03, AI 440.282, Rel. Nelson Jobim, DJ 22.05.03, AI 487.968, Rel. Carlos Velloso, DJ 05.05.04, dentre outros.

Assim, conheço do agravo e converto-o em recurso extraordinário (art. 544, §§ 3º e 4º, do CPC) para dar-lhe parcial provimento (art. 557, § 1º-A, do CPC) e determinar que se promova nova citação da Fazenda Pública."

No agravo regimental, sustenta-se:

"Ocorre que, ao dar provimento parcial ao mencionado recurso, o Douto Ministro determinou a expedição de novo precatório com nova citação da Fazenda Pública, nos termos do artigo 100, § 1º, da CF, e **do artigo 730, do CPC!!!!**

Diante disso, resta a seguinte indagação: com fulcro em qual dos incisos do artigo 102, da Carta Magna (supra-transcrito), pode o Recurso Extraordinário ser parcialmente provido decidindo o Douto Relator pela aplicação de um dispositivo infraconstitucional???

Pelas premissas acima conclui-se que o agravado manejou o Recurso Extraordinário alegando violação ao artigo 100, da Constituição Federal, quando, na verdade, estava debatendo o artigo 730, do Código de Processo Civil, matéria adstrita ao Recurso Especial (artigo 105, III, a, da CF) visando alterar a decisão do E. STJ (doc. 01), já transitada em julgado (doc. 02), e, o que é mais grave, teve seu recurso provido para este fim!!!

Em segundo lugar, inexistente no presente caso a aplicabilidade do artigo 730, do Código de Processo

Civil, posto que a execução é um processo uno e foi iniciada há muito, momento que, na forma do mencionado artigo, foi a Fazenda Pública Estadual citada para oferecer embargos, motivo pelo qual não é necessária uma nova citação para oposição de novos embargos.

[...]

Em terceiro lugar, o Nobre Ministro equivocou-se ao decidir que, "... O acórdão recorrido está em aberta desconformidade com o entendimento assentado e ratificado pelo Plenário da Corte..." (grifo nosso). Isso porque, a ementa transcrita que sintetiza tal entendimento não é, sequer, paradigma ao presente caso.

A referida ementa refere-se a cálculo complementar de liquidação, não a expedição de precatório complementar pela incidência de juros, decorrente de novo cálculo, devido à inadimplência do agravado, como no presente caso!!!

Assim, a decisão do Douto Ministro Relator está em total desconformidade com a jurisprudência pacífica desta Corte, incluindo-se decisões (todas unânimes) do Douto Ministro Sepúlveda Pertence, da própria 1ª Turma deste Tribunal, e, também, da 2ª Turma.

[...]

Desta maneira, além do Nobre Ministro julgador ter decidido sobre questão infraconstitucional e, portanto, preclusa, o fez em total dissonância com o entendimento assentado e ratificado por este Excelso Pretório e, também, pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça (Tribunal competente para julgar tal matéria), inclusive no presente caso, conforme cópia da Decisão Transitada em Julgado (docs. 02 e 03) do E. STJ, conforme trecho a seguir transcrito:

'... na execução de sentença não é necessária a citação da Fazenda Pública para opor embargos a cada atualização do cálculo, bastando a intimação da mesma para se manifestar sobre a conta de liquidação ...'.

(...)

'Por tais fundamentos, NEGO provimento ao agravo regimental'. (grifo nosso)

Assim, o direito positivo brasileiro torna-se, caso a r. decisão ora agravada seja mantida, uma areia movediça!!! O Excelso Pretório não pode adentrar na competência do E. STJ e ainda decidir de

forma diversa deste último, sobre a mesma questão - incidência ou não do artigo 730 do CPC na presente execução - em recursos distintos e entre as mesmas partes, sendo que os dois Tribunais têm competência distinta !!! Onde fica o Princípio Constitucional da Segurança Jurídica ???"

É o relatório.

AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 534.539-4**SÃO PAULO****V O T O****O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (Relator):**

O agravante não conseguiu demonstrar o desacerto da decisão agravada.

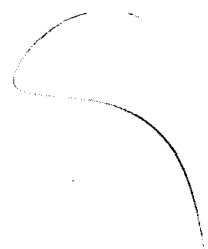
O acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo decidiu ser desnecessária nova citação da Fazenda Pública para a expedição de ofício requisitório complementar (fls. 25-31). O Estado, no recurso extraordinário de fls. 33-60, alegou violação ao art. 100 da Constituição. Portanto, ao contrário do afirmado pelo agravante, a controvérsia debatida nos autos é, efetivamente, constitucional.

Ademais, esta Corte, ao concluir o julgamento da ADI 2.924 (Informativo nº 411), firmou o entendimento segundo o qual somente deixa de ser necessária nova citação da Fazenda Pública quando a expedição de precatórios complementares tratar de pagamentos referentes a erro material, a inexatidões aritméticas contidas nos precatórios originais ou à substituição de índice já extinto. Os pagamentos de débitos da Fazenda Pública, decorrentes de decisões judiciais que não se enquadrem nessas hipóteses, devem ser objeto de novo precatório, com a devida citação da Fazenda. Nesse sentido o AI-ED 495.180, 2ª T., Rel. Carlos Velloso, DJ 14.10.2005, o AI-Agr 495.193, 2ª T., Rel. Joaquim Barbosa, DJ 22.9.2006, e o RE-ED 402.636, 1ª T., Rel. Carlos Britto, DJ 30.5.2006.

Ressalte-se que os precedentes desta Segunda Turma, citados pelo agravante em seu favor, são anteriores ao novo posicionamento firmado no julgamento da ADI 2.924, Pleno, Rel. Carlos Velloso, DJ 7.12.2005. Desse modo, não há desconformidade entre a decisão monocrática e a jurisprudência deste Tribunal.

Assim, nego provimento ao agravo regimental.

MGM/pvfs



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 534.539-4

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES

AGTE.(S): ESPÓLIO DE JOSÉ PUGLIA

ADV.(A/S): RENATO RODRIGUES TUCUNDUVA JÚNIOR E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S): ESTADO DE SÃO PAULO

ADV.(A/S): PGE-SP - OSCAR DE MELLO NETTO E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma, por votação unânime, **negou** provimento ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. **2ª Turma**, 14.08.2007.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello.
Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cezar Peluso e Eros Grau. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo da Rocha Campos.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador